

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Amazônia em Tempo*

Class.: 58

Data: 19 de julho de 1991

Pg.: _____



Reunião dos governadores: um novo encontro em Macapá para definir o Código Amazônico

Adiada a aprovação do Código Amazônico

No primeiro Encontro de Governadores da Amazônia, realizado no Instituto Superior de Estudos da Amazônia (Isea), as divergências em torno de alguns dispositivos do Código Amazônico acabaram adiando a sua aprovação. Os seis governadores que vieram para o encontro elogiaram a idéia inicial do governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, mas divergiram em alguns pontos. Uma nova reunião será realizada em Macapá, em data a ser definida, quando o código voltará a ser debatido. **Página 3 do 1º. Caderno**

Governadores adiam definição sobre o Código Amazônico

As divergências em torno de alguns dispositivos do Projeto do Código Amazônico adiaram sua aprovação. Na primeira reunião de ontem no Instituto Superior de Estudos Amazônicos, os governadores e seus representantes, aprovaram a realização de uma segunda reunião a ser feita em Macapá, capital do Amapá, em data ainda a ser definida, provavelmente na primeira quinzena de setembro. Todos os governadores presentes no 1º Encontro de Governadores da Amazônia, elogiaram a idéia inicial da elaboração do Código Amazônico, mas apresentando divergências de opiniões em relação a alguns tópicos.

Sob a presidência do governador Gilberto Mestrinho, estiveram presentes na reunião os governadores de Roraima, Ottomar de Souza Pinto; Rondônia, Oswaldo Piana; Amapá, Aníbal Barcelos; Tocantins, vice-governador Paulo Sidney Antunes; Maranhão, Edson Lobão; e dos representantes dos Estados do Acre, Geraldo Moura, e do Mato Grosso, Eucário Antunes, bem como o senador Aloísio Bezerra (Acre), deputado João Fagundes (PDS-RR), Comandante Militar da Amazônia, general Antenor de Santa Cruz Abreu, e brigadeiro Antonio Alberto Lobato, do 7º. Comar.

Na abertura dos trabalhos, o governador Gilberto Mestrinho, enfatizou que o Código Amazônico, não era projeto acabado estando aberto para sugestões, que viessem a aperfeiçoá-lo.

Voltou a defender o desenvolvimento da região com o manejo sustentado da floresta, bem como a exploração de suas riquezas naturais.

Falando sobre o Projeto de Código Amazônico, o governador do Amazonas, disse para uma pequena platéia presente no auditório do ISEA, que não "era um projeto pronto e acabado, mas simplesmente um primeiro passo para a elaboração de um documento final, o que deve acontecer na próxima reunião de governadores amazônicos.

Gilberto Mestrinho destacou o 1º Encontro de Governadores Amazônicos, para discutir o Código, como um fato importante, já que o trabalho iniciado, visa mostrar ao Brasil e ao mundo que a Amazônia tem identidade, "sabe o que quer e tem condições de se auto-administrar".

Demarcações

O governador de Roraima, Ottomar de Souza Pinto, disse ser adepto da idéia lançada pelo governador Gilberto Mestrinho, ao mesmo tempo em que assinalou a existência de algumas "imperfeições" no Código. Ele acha que alguns dispositivos conflitantes podem ser sanados através da discussão.

Ottomar apontou como um dos maiores problemas de Roraima, as reservas indígenas — onde os Ianomamis detêm nove e meio milhões de hectares, que somam 45% do território do Estado — as reservas ecológicas. Segundo o go-

vernador roraimense, somente sobram para o Estado, 20 por cento de áreas para desenvolvimento, considerando estes fatos como "injusta e incompatível" com as necessidades da população roraimense.

O governador de Roraima condenou o que classificou de "doutrina de reservas", em relação a questão indígena. Disse que de acordo com recentes conversações mantidas com o embaixador da Venezuela, em Boa Vista, foi informado que a política adotada por este país, vizinho à Roraima, é bem diferente ao que é adotado no Brasil, criado segundo ele a partir do modelo norte-americano.

— Deve haver reservas, mas de forma racional — assinalou Ottomar de Souza Pinto.

A maioria dos discursos trilhou pela defesa de uma política de desenvolvimento para a região amazônica e a suposta interferência internacional.

O governador do Maranhão, Edson Lobão, lembrou que dez

por cento do território nacional estão hoje destinados à população indígena, que segundo ele é de 250 mil índios.

Depois de destacar que a Amazônia e o Nordeste são duas regiões sempre tratadas com abandono e desprezo, Lobão defendeu a necessidade da existência de um Código específico para a região.

Debate mais amplo

O governador de Rondônia, Oswaldo Piana, defendeu a realização de um debate mais amplo em torno do Código Amazônico, depois de fazer um breve retrospecto do Estado, onde em 15 anos passou de uma população de mil habitantes, para 2 milhões, resultando na degradação do meio ambiente.

Para Piana, é imprescindível antes da formalização do Código, a realização de um projeto de zoneamento sócio-ecológico em toda a região, a exemplo do que está acontecendo em Rondônia, onde foram definidas três áreas com vocações econômicas distintas.

Lembrou o governador de Rondônia que a proposta de um Código Amazônico, vai gerar muita polêmica, havendo inicialmente a necessidade de um ordenamento econômico, com definição sobre a utilização das mais diversas áreas, evitando-se assim distorções nos modelos de desenvolvimento para a região.

Cobiça internacional

O comandante militar da

Amazônia, general-de-Exército, Antenor de Santa Cruz Abreu, por sua vez, lembrou a tese da "cobiça internacional". Segundo ele, grupos interessados na Amazônia, vem realizando "trabalho muito bem planejado e melhor executado", criando um "quadro de verdades" produzindo uma histeria nacional e internacional.

Ele referiu-se aos movimentos ecológicos, defesa das minorias indígenas, as denúncias sobre as consequências do "efeito estufa" e narcotráfico em torno da Amazônia, em muitos casos com a manipulação de dados oficiais.

Antenor de Santa Cruz Abreu pregou a união de forças da região para iniciar movimento de reação contra as campanhas de internacionalização da Amazônia.